

## PARECER

### **Relatório e Contas de 2004 da Rádio e Televisão de Portugal, SGPS, S.A. e das demais empresas do Grupo**

O Conselho de Opinião (CO), dando cumprimento às disposições legais e estatutárias conforme o art. 152.º, n.º 2, alínea d), da Lei n.º 33/2003, de 22 de Agosto, bem como ao art.º 22.º, alínea b) dos Estatutos da Rádio e Televisão de Portugal, SGPS, S.A., vem emitir o seu Parecer relativo ao exercício de 2004.

#### I. Nota Introdutória

Uma breve nota para destacar a significativa melhoria no que se refere ao modelo de apresentação, do presente Relatório de Actividades. Este Conselho vinha chamando a atenção para o facto de, quer os planos quer os Relatórios de Actividades, se apresentaram de forma pouco profissional. Essa circunstância, aliás, impossibilitou mesmo a leitura comparativa do Plano de Actividades e do Relatório de Actividades de 2004.

Louva-se, pois, o esforço e a preocupação de dar resposta à crítica que sobre esta matéria o Conselho de Opinião (CO) vinha apresentando.

Torna-se cada vez mais imperioso criar um modelo de Plano e de Relatório que permita, com facilidade, verificar do cumprimento das metas que a Empresa se propõe realizar.

#### II. Relatório de Actividades

1. Ressalta-se, como muito positivo, do Relatório de Actividades que a RTP, SGPS, S.A. realizou no ano de 2004 uma verdadeira gestão integrada do seu projecto de mudança.

Alargaram-se em número e qualidade as actividades, com oportuno aproveitamento dos grandes eventos ocorridos no nosso País, sem perda do rigor financeiro e orçamental. Trata-se de uma demonstração efectiva de que é possível fazer bem, cumprindo as metas de despesa previamente determinadas. Notas Explicativas ao Relatório e Contas da Rádio e Televisão de Portugal SGPS referente ao Exercício de 2004.

2. Das referências constantes no nosso Parecer ao Plano de Actividades de 2004, encontramos agora citados, como concretizadas e desenvolvidas, acções que merecem particular destaque.

Assim:

- 2.1. A defesa de mín. activo tão importante, como é o património cultural, constituído pelos arquivos;
- 2.2. O desenvolvimento de uma clara política de formação a todos os níveis;
- 2.3. O destaque dado, à Televisão Digital Terrestre (TDT), apesar de esta ainda se encontrar, entre nós, numa fase embrionária;
- 2.4. O reconhecimento expresso de que está longe, nas áreas jovens e infantis, de, do que é desejável ser realizado como serviço público;
- 2.5. A procura da consolidação, quer dos serviços de suporte do Grupo, quer das respectivas programações dos canais de rádio e televisão.

3. Fica, contudo, importa reconhecê-lo, ainda em aberto para o período de 2005 a 2007 o tipo de caracterização a aplicar à programação dos canais na Rádio e na Televisão, ou seja, se se irá manter o desenvolvimento das actuais obras de acção, ou se, pelo contrário, se caminhará para uma busca de novas soluções, integradas no Universo RTP, SGPS, S.A., mas específicos de cada um deles. A

Optimização de recursos não é incompatível com o desenvolvimento da diversidade.

4. Quanto à cooperação, continua-se a sugerir que se pense, e actue, em termos de Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP) abandonam-se os conceitos ultrapassados, de “países Africanos de língua portuguesa”, a que se apresenta. Aliás, importa referir que o relatório é parco em referências à origem dos financiamentos para a Cooperação.

5. Face à melhora de condições de programação para os demais continentes, não aparece inteiramente definida, no que se refere à Europa, se se pretende aí preservar a recepção directa nos lares.

6. Gostaria o CO, por outro lado, que ficasse melhor definido se o tipo de apoio pela linha do telespectador passa a abranger, ou não os públicos da RTPI e RPT Africa.

7. Na rádio, designadamente na Antena 3, não aparece justificado o facto de se promoverem filmes estrangeiros, como o “Homem Aranha 2” e os filmes portugueses não merecerem qualquer destaque.

8. Entendendo-se como estratégico, no domínio da Rádio, que o país seja divididdo por quatro grandes áreas e/ou regiões: Norte /Centro/ Lisboa / e Sul, para além das Regiões Autónomas, não se encontra referido no âmbito das iniciativas marcantes do Centro Regional Sul da RDP qualquer evento referente ao Alentejo (e houve!) como se esta área geográfica do país fosse uma espécie de terra de ninguém.

9. Este Conselho manifesta igualmente a sua preocupação pela ausência de referências a iniciativas tomadas no âmbito de imigração, excepção feita à

comunidade africana, pois não se crê que tal resulte de uma ausência de estratégia nesse domínio.

10. Por último, sendo o ano de 2004 especificamente, referido como o ano dos Recursos Humanos do Grupo, a matéria constante no Relatório de Actividades, para além de apenas algumas linhas programáticas sempre apresentadas, está aquém daquilo que seria desejável referir. Importantes caminhos foram traçados, como nos foram referidos nas reuniões de Trabalho com o Conselho de Administração, e que no entender deste Conselho, eram merecedoras de ser devidamente comentadas.

### **III. Notas Explicativas às Contas da Rádio e Televisão de Portugal SGPS, S.A.**

Não pretende o Conselho de Opinião da Rádio e Televisão de Portugal tornar este seu parecer às Contas do Exercício de 2004, uma auditoria no seu sentido mais estrito.

No entanto, daremos a nossa opinião sobre as grandes rubricas da SGPS e, em menor escala, referenciaremos alguns aspectos das contas referentes à RTP, SPT, à RDP e à RTP - Meios de Produção.

#### **1. Rádio e Televisão de Portugal, SGPS, S.A.**

Iniciando a nossa análise às contas da SGPS, constata-se a redução acentuada do Resultado Líquido (RL) - embora ainda negativo, o valor apurado para 2004 foi de (6,003) milhões de Euros (ME). Este indicador, em 2003, havia sido de (32,838) ME.

Esta melhoria no RL sai reforçada se se tiver em consideração que, por um lado, o valor estimado para 2004 era de (13,8) ME e que, por outro lado, o valor estimado no Acordo de Reestruturação Financeira foi de (21,8) ME.

Como se destaca do referido relatório estes resultados não foram ainda melhores por uma questão fiscal (a não recuperação integral do IVA suportado).

Ao nível das receitas, anota-se um acréscimo nas receitas (5% face a 2003) de publicidade num ambiente de limitação de concorrência com todo o sector - por um lado a redução de 7,5 minutos para 6 minutos de publicidade / hora; por outro lado, a opção de não transmissão da Superliga de futebol não teve como corolário um decréscimo das receitas publicitárias - mesmo sabendo que este impacto apenas poderá ser correctamente verificado no ano de 2005, pois, como se sabe, a Superliga inicia-se em Agosto de cada ano.

Numa análise muito sumária ao Balanço, e no lado do Activo, constata-se o decréscimo das Existências que poderá estar relacionado com o abate de programas que se verificou não reunirem as condições mínimas para emissão.

Para além disso, regista-se de uma forma não muito preocupante, mas à qual se deverá dar algum destaque, o incremento da dívida de curto prazo de Terceiros. Merece referência a quebra acentuada em Clientes C/C, pese embora, estes sejam compensados pelas rubricas "Estado e Outros Entes Públicos" e "Outros devedores" registaram aumentos significativos.

No lado do Passivo, regista-se o aumento do Capital, com conseqüente redução no valor já de si negativo dos Total do Capital Próprio (776,431) ME.

Como foi dissecado Relatório e Contas de 2003, e sublinhado pelo Revisor Oficial de Contas (ROC), a SGPS não cumpre o artº 35 do Código das

Sociedades Comerciais. No entanto é referido no relatório de 2004 que o Conselho de Administração, baseando-se no Acordo de Reestruturação Financeira celebrado com o Accionista, está em condições de resolver este dispositivo legal<sup>1</sup>.

O C.O. congratula-se com este facto e fica à espera de que lhe seja comunicada qual a fórmula utilizada para tal efeito.

Ao nível da Demonstração de Resultados, o C.O. felicita o Conselho de Administração pelo desempenho dos Resultados Operacionais, Resultados Financeiros, Resultados Correntes e Resultados Antes de Impostos.

Uma simples nota explicativa para o comentário que o C.A. faz quando se refere à gorada expectativa de redução dos Custos como o Pessoal. Foi explicado ao C.O. que o C.A., por um lado face à conjuntura económica, por outro lado face ao aumento de produtividade da empresa, não implementou o programa de redução de efectivos que tinha previsto (150 pessoas era o número estimado pelo C.A. como possível para a redução de efectivos).

Dado os ganhos proporcionados por uma gestão criteriosa, foi possível proceder a um “adiantamento” mensal per capita aos vencimentos abaixo dos 2.690 euros – na RDP esse adiantamento cifrou-se em 45 euros, sendo que na RTP esse adiantamento ficou-se pelos 40 euros.

Importa referir que esta acção em nada interferiu com o Plano de Reestruturação Financeiro a que o C.A. se obriga.

Um outro factor que não promoveu a descida esperada nos Custos com o Pessoal foi a integração decretada pelos tribunais. Com efeito, muito dos casos,

---

<sup>1</sup> Desta vez não foi presente ao Conselho de Opinião o Parecer do Revisor Oficial de Contas.

são pessoas cuja formação profissional se encontra desajustada face à realidade, na qual a RTP suporta um vencimento sem contrapartida efectiva.

## 2. RTP - SPT

Quanto às contas da RTP - SPT, constata-se a criação desta entidade em 2004, portanto sem histórico comparável e recebendo activos e passivos via holding.

Da actividade desenvolvida regista-se um resultado negativo de (13,645) ME.

## 3. RDP

Decorrente do dispositivo legal subjacente à Lei nº 30/2003, de 22 de Agosto, a RDP desenvolve a sua actividade com “navegação `costa” – ou seja, em Break Even Point. Quando necessário, é financiada pela holding. Tal está explicado no ponto 40, quadro que evidencia a movimentação nas contas de capital.

Com esta forma de gestão, podemos afirmar que, apesar da transferência de resultados, a RDP ainda consegue obter um resultado positivo no ano de 2004: 44.755 Euros.

## 4. RTP - Meio de Produção

Podemos afirmar que a RTP - Meios de Produção, no seu primeiro ano efectivo de actividade, obteve um RL positivo de 711.532 Euros.

Na verdade, a empresa iniciou a sua actividade no último trimestre de 2003, onde obteve um RL igualmente positivo de 120.619 Euros.

Neste ano em plena actividade, a empresa alcançou um Resultado Operacional de 516.000 Euros, sendo a Rentabilidade Operacional de 3%.

Registou-se um agravamento dos Resultados Financeiros face a 2003 que se justifica por investimentos realizados em regime de leasing nos anos de 2001 e 2002, posteriormente transferidos para a RTP – Meios de Produção.

## 5. Nota Final

Importa referir, novamente, a falta de uniformidade na apresentação dos números e complementos gráficos.

Não poderá o CO ficar indiferente aos valores apontados para cobrir os custos com horas extraordinárias. Os montantes envolvidos são de tal monta que se justificaria uma explicação detalhada sobre esta matéria, justificando-os e clarificando a razão de ser da sua existência.

Na verdade, um Relatório e Contas, apesar de ser feito por especialistas, não se destina, somente, a especialistas, pelo que uma uniformização nas unidades de conta e gráficos apresentados tornaria ainda mais perceptível o bom desempenho económico e financeiro do grupo.

Realça-se que, pela primeira vez em doze anos, o grupo alcança um cash flow operacional positivo, revelando o estancar do endividamento por parte do grupo.

Uma última palavra para os votos que o C.O, faz para que o Acordo Colectivo de Trabalho seja alcançado durante o ano de 2005.